

# COSMOVISÃO E HISTÓRIA INDÍGENA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE BEM VIVER NA PÓS-MODERNIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Antonio Juscelino Barbosa dos Santos<sup>1</sup>

Fábia Janaína Marciel da Silva<sup>2</sup>

Maria Aurineide Martins<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem a intenção de abordar questões relacionadas á compreensão do conceito de Bem Viver na Pós-modernidade e como este se relaciona com o Ensino de História no cotidiano escolar. O mesmo tem como objetivo geral contextualizar os conceitos de bem viver no Ensino de História. E enquanto objetivos específicos, compreender a origem do bem viver e seus significados e os saberes enfatizados neste conceito, refletindo questões como o consumismo, sociedade do consumo e capitalismo. Nesse trabalho, optou-se por fazer uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa e descritiva, analisando na literatura disponível artigos, dissertações e trabalhos que corroborem com o objeto de estudo aqui proposto. De maneira que o Bem Viver é uma filosofia em construção que é universal e que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que estão presentes nas mais diversas culturas. Assim, a importância do paradigma do Bem Viver não está na realização imediata de uma ruptura, mas na retomada de um horizonte – um futuro com justiça e igualdade. A luta indígena pelo Bem Viver faz parte de uma ampla aliança pela preservação da vida no planeta Terra. Para pensar em Bem Viver é necessário beber da fonte ancestral, mas isso não significa fazer uma leitura utópica do passado, e sim pensá-lo como tempo que respalda a contínua produção do presente e do futuro.

**Palavras-chave:** História indígena, Bem Viver, Pós-modernidade, Ensino de História.

## INTRODUÇÃO

*“... acaba as árvores, acaba os rios, acaba a natureza.  
Índio não pode viver assim! Índio não pode respirar assim!  
Civilizado também não pode viver assim.  
Mas, civilizado tem muita pressa e então não liga para viver!  
Quem tem muita pressa não vive direito,  
não vê as coisas direito, não ouve direito, não ama direito.  
E civilizado vive sempre apressado.  
Civilizado é estranho. Difícil na cidade um falar com o outro.  
Ora, índio quando se encontra é uma festa:  
muita conversa, muita alegria, pouca pressa!  
Civilizado é estranho e gozado:  
usa muita roupa, não toma sol, não sobe em árvores, não corre,  
não toma banho de rio, não anda de noite admirando a lua.*

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri – URCA – CE. Secretário Municipal de Cultura – Trairi – Ce. E-mail: juscelino\_13@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri - URCA, E-mail: janainamarcie@gmail.com.

<sup>3</sup> Especialista em Gestão Pública Municipal, Assistente Social, Experiência em Gestão de Políticas Públicas de: Assistência Social, Educação, Assistência Técnica e Extensão Rural e Agricultura Familiar.

*Acho isso ruim, muito ruim na cidade”.*  
*(Indígena Humero).*

O objeto de estudo do presente trabalho é a reflexão dos conceitos de bem viver na Pós-modernidade, aplicados ao Ensino de História. Para tanto, inicialmente desejamos fazer uma abordagem do conceito de Pós-Modernidade na sua aplicabilidade relativa à Historiografia, apresentando um panorama envolvendo as diversas posições dos historiadores com relação ao pós-modernismo historiográfico. Essa abordagem é uma tentativa de estreitar laços para a compreensão do conceito de bem viver e suas articulações com a cultura pós-moderna, historiografia pós-moderna e Pós-modernismo historiográfico.

Em seguida, continuo com as discussões acerca do entendimento do conceito de Bem Viver dentro do Ensino de História. E porque essa discussão é relevante? Alguém poderia indagar. Ela é relevante porque estes conceitos são fluídos, ou seja, mudam com facilidade, de acordo com as concepções e ideologias engendradas na escrita. É importante referenciar e compreender sobre que ótica se está olhando, na tentativa de que o/a leitor/a se familiarize com as ideias pretendidas e embarque na proposta aqui apresentada.

A Pós-Modernidade tem como umas de suas características mais fundamentais a ideia do instantâneo, da perda de fronteiras, gerando o pensamento de que o mundo está cada vez menor através do avanço da tecnologia. Com os avanços tecnológicos e o processo de globalização, nos vemos diante de um mundo virtual, em que somos constantemente bombardeados por imagem, som e texto em uma velocidade instantânea. No campo urbano, a cidade é vendida aos pedaços porque nela há caos, (des)ordem, padrões de diferentes graus de complexidade, o efêmero, o fragmentário, o descontínuo, o caótico predomina. Nesse interim, e com as mudanças de paradigmas, os valores, como antes eram sistematizados, perdem a razão de ser e mudam tão rápido quanto os canais de TV por assinatura, é o novo, o fugidivo, o efêmero, o fugaz, o individualismo, que se sobressaem. Segundo Eagleton (1998):

O primeiro clareamento conceitual a ser trabalhado, em nosso entender, diz respeito à diferença entre Pós-Modernidade – muito habitualmente referida a um período específico no limite da História Contemporânea – e Pós-Modernismo, que diz respeito a um campo ou circuito cultural.

“Para o pós-modernismo, a ciência e a informação são objetos de estudo independentes, que obedecem às suas próprias leis. A primeira regra principal da teoria da informação pós-moderna é a lei que reza que a informação se multiplica”, segundo Ankersmit (2001, p. 118). A publicidade manipula desejos, promove a sedução, cria novas imagens e

signos, eventos como espetáculos, valorizando o que a mídia dá ao transitório da vida. As lutas também mudam, agora não é contra o patrão, mas contra a falta deles. A aceleração transforma o consumo numa rapidez nunca vivenciada, nesse sentido há uma tendência a tornar tudo descartável, desde utensílios como pratos, talheres e copos a relacionamentos, ou seja, não se namora mais, dar-se somente uma “ficada”.

De maneira que a Pós-Modernidade é caracterizada pela ruptura com os ideais iluministas que eram defendidos durante a era moderna, como os sonhos utópicos da construção de uma sociedade perfeita com base em princípios tidos como verdadeiros e únicos. Entre outras características desta fase histórica podemos destacar:

- Substituição do pensamento coletivo, e emersão do sentimento de individualismo, representado pelo narcisismo, hedonismo e consumismo;
- Valorização do "aqui e agora" (*Carpe Diem*);
- Hiper-realidade (mistura entre o real e o imaginário, principalmente com o auxílio das tecnologias e ambientes online);
- Subjetividade (nada é concreto e fixo. A ideia antes tida como verdadeira passa a ser interpretada apenas como mais uma no conjunto das hipóteses);
- Multiculturalismo e Pluralidade (fruto da globalização e mistura entre características típicas de cada cultura, por exemplo);
- Fragmentação (mistura e união de vários fragmentos de diferentes estilos, tendências, culturas, etc);
- Descentralização;
- Banalização ou ausência de valores.

Em suma, as características da pós-modernidade podem ser elencadas e agrupadas em alguns pontos, tais como a propensão a se deixar dominar pela imaginação das mídias eletrônicas, a (re)colonização do seu universo pelos mercados (econômico, político, cultural e social), a celebração do consumo como expressão pessoal, a pluralidade cultural, a polarização social devido aos distanciamentos acrescidos pelos rendimentos e a falências das metanarrativas<sup>4</sup> emancipadoras como aquelas propostas pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse sentido, para Barros (2011, p. 148):

---

<sup>4</sup> Forma textual de autoconsciência que ocorre no processo narrativo e que nos textos de ficção também toma o nome de *metaficção*. Na prática textual, uma metanarrativa é todo o discurso que se vira para si mesmo, questionando a forma como se está a produzir uma narrativa. A técnica de construção de uma metanarrativa obriga o autor a uma preocupação particular com os mecanismos da linguagem e da gramática do texto, como podemos ver em todas as obras romanescas que se interrogam a si mesmas, como neste exemplo de *Viagens na*

Se considerarmos a historiografia pós-moderna como uma das tendências historiográficas possíveis no mundo contemporâneo, veremos que, aqui, não são de fato coextensivos a Pós-Modernidade – se aceitarmos esta denominação como equivalente a um período específico – e o Pós-Modernismo, enquanto adjetivo que se cola a um sujeito produtor de arte ou conhecimento, a uma certa prática ou a determinada corrente cultural, tal como é o caso por exemplo de uma pretensa historiografia pós-moderna. Por este viés, torna-se perfeitamente legítimo o debate e contraposição entre historiadores pós-modernos e historiadores pertencentes a outras propostas historiográficas, que questionam a idéia de que o pós-modernismo histórico tenha se tornado ou vá se tornar a corrente historiográfica predominante em nosso tempo.

Diante desses novos paradigmas, o conhecimento histórico também está sendo fortemente influenciado por estas mudanças. Assim, surgem novas escolas historiográficas e as escolas que sobreviveram às transformações verificadas, principalmente após a Segunda Guerra se modificaram. Tal fato não se explica apenas pelo surgimento de novas tecnologias, mas, sobretudo, porque aparece um novo contexto histórico onde se tem uma nova percepção do real. É a própria sociedade que muda e como o conhecimento histórico não é exterior ao seu tempo, sofre fortes alterações. De maneira como os conceitos de História, historiografia e Ensino de história assumem novos formatos, acompanhando as mudanças e influencia de obras de novos autores.

De maneira elementar, talvez fosse desnecessário conceituar história, no entanto, enquanto educadores que somos, é uma indagação que é necessária nos fazermos cotidianamente: o que é história? É importante que se diga que não há um consenso acerca desta definição. Portanto, aqui tratarei de uma definição que me parece aproximar-se mais da linha de pensamento da proposta de pesquisa. De modo que História é uma palavra de origem grega "*historie*", que tem como significado: conhecimento através da investigação. Segundo Borges (2003) “história não é o passado, mas um olhar dirigido ao passado”. Assim, a História é uma ciência que investiga o passado do ser humano, bem como o seu processo evolutivo. É o conjunto dos acontecimentos referidos pelos historiadores estudando as mudanças e permanências ocorridas na sociedade. É através do estudo histórico da humanidade que se obtém um conjunto de informações sobre processos e fatos ocorridos no passado. Por isso, pode-se dizer que a história é o estudo dos seres humanos no tempo e no espaço.

---

*Minha Terra*, de Almeida Garrett: “Essas minhas interessantes viagens hão-de ser uma obra prima, erudita, brilhante, de pensamentos novos, uma coisa digna do século. Preciso de do dizer ao leitor, para que ele esteja prevenido; não cuide que são quaisquer dessas rabiscaduras da moda que, com o título de *Impressões de Viagem*, ou outro que tal, fatigam as imprensas da Europa sem nenhum proveito da ciência e do adiantamento da espécie.” (cap. II). A este tipo de narrativa que vira o olhar para a sua imagem especular chamou Linda Hutcheon “narrativa narcisística” ou uma forma de fundamentação da autoconsciência narrativa. (CEIA, 2016).

O historiador grego Heródoto é considerado o "pai da História". A ele são atribuídas as primeiras pesquisas sobre o passado do homem, tornando-se pioneiro não só no estudo da história, como também da antropologia e etnografia. No entanto, foi o orador romano Cícero que disse que a História é a mestra da vida. Por muito tempo perdurou essa concepção da história como *Magistra Vitae*, ou seja, que por meio dos exemplos do passado, dos sofrimentos e sucessos, das tragédias e dos grandes feitos das gerações anteriores, podemos extrair lições para nos orientarmos no presente. A definição da história como “testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado” (HARTOG, 2001).

No entanto, depois de séculos sendo contada e ensinada, surgem vozes dissonantes apontando novos caminhos, a partir de questões que não podiam ser respondidas facilmente. É nesse momento que nos deparamos com o historiador alemão Reinhart Koselleck, um dos mais importantes historiadores do século XX. Historiador da história dos conceitos, Koselleck preocupou-se durante toda a vida com a compreensão de uma questão: “o que é o tempo histórico?” (ANHEZINI, 2009).

A pergunta nasceu da constatação de que o tempo não é único e abstrato, ao contrário é plural e variável como a experiência humana. Desse modo, a obra de Koselleck: *Futuro passado* (2006) nos abrirá caminho para a compreensão dessas questões levantadas. O autor parte do pressuposto de que só é possível compreender a historicidade da própria história ao entender como as sociedades organizaram sua relação com o passado e com o futuro. Usando o exemplo da Revolução Francesa, é necessário repensar a escrita da história, já que a forma de conceber o tempo não serviria mais como modelo, ou seja, aquele passado não existe mais. Assim, para Anhezini (2009, p. 73) esse ponto foi fundamental para uma mudança de pensamento, pois,

Koselleck afirma que a referida atitude marca uma guinada dramática e completa no que se refere à capacidade de expressão da *historia magistra vitae*, pois não se pode mais esperar conselho a partir do passado. No entanto, cria-se a possibilidade de se esperar algo de um futuro que está por se construir. A história que instruía por meio de exemplos não poderia mais ajudar aquela sociedade que se constituía sob novas bases.

Para o filósofo alemão, o exemplo da Revolução Francesa é um marco que deixa claro que a história não pode ser vista como mestra da vida, pois não se devem esperar conselhos a partir do passado. Já que os eventos passados são experiências peculiares e que não se podia prever, muito menos aprender com o mesmo. Por outro lado, tem-se a possibilidade de se

esperar algo do futuro que está por vir, refutando a concepção da história como pedagoga da vida. Por fim, é importante perceber o paradigma tradicional vê a história como objetiva, ou seja, o papel do historiador é apresentar aos leitores os fatos, dizendo como eles aconteceram, para a nova história, é preciso que se leve em consideração, o relativismo cultural<sup>5</sup>, já que nossa mente não reflete diretamente a realidade (BURKE, 1992, p.15).

Segundo Peter Burke, “mais ou menos na última geração, o universo dos historiadores se expandiu a uma velocidade vertiginosa” (BURKE, 1992, p. 7). No processo evolutivo da humanidade, muitos conceitos também tiveram que evoluir, assim como ideologias e metodologias de ensino. No universo dos historiadores não foi diferente. Essa expansão significou que a história podia ser vista de outra perspectiva, gerando uma série de mudanças no pensamento historiográfico do século XX. Para Certeau (2007, p. 66):

Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma ‘filosofia’ implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à ‘subjetividade’ do autor [...] Os ‘fatos históricos’ já são constituídos pela introdução de um sentido na ‘objetividade’. Eles enunciam, na linguagem da análise, escolhas que lhes são anteriores, que não resultam, pois, da observação [...] sobre o fundo de uma totalidade histórica, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que se vestem de historiadores.

As mudanças fizeram com que surgissem novas áreas interdisciplinares da investigação histórica. Essa nova visão se contrapõe ao pensamento da história tradicional ainda muito enraizada nas concepções brasileiras. O historiador Lucien Febvre (1971), afirma que a História é “ao mesmo tempo a ciência do passado e a ciência do presente: é a forma pela qual o historiador atua na sua época, na sua sociedade, e deve ajudar a explicar o social no presente”. Com novas possibilidades de investigação histórica, a inserção de novas fontes históricas, tais como as fontes orais, as lendas, os mitos, objetos materiais, construções, entre outros. E ainda, com a aproximação da História com a Antropologia, surge uma gama de possibilidades que resvala no surgimento da História Cultural, que atualmente tenta vincular a

---

<sup>5</sup> O relativismo cultural é um dos conceitos mais importantes da antropologia. Essa ideia surgiu como uma forma de substituir a corrente evolucionista que pregava uma hierarquia entre as culturas – ou seja, dividia as sociedades entre “primitivas” e “avançadas” – onde as culturas europeias estariam no topo e as indígenas eram consideradas inferiores. Quando os antropólogos começaram a pesquisar essas sociedades antes ditas “primitivas”, perceberam que suas culturas eram tão ricas quanto quaisquer outras, não sendo possível lhe fazer juízo de valor. Assim surgiu o conceito de relativismo cultural, atestando que cada cultura possui a sua particularidade, complexidade e riqueza social. Relativismo cultural significa que cada cultura é relativa a si mesma. Não é possível, por exemplo, ser europeu e julgar a cultura brasileira a partir de seus próprios valores. Não existe um critério absoluto e universal para organizar, analisar ou mesmo julgar as diferentes culturas que existem ao redor do mundo. Portanto, cada cultura possui sua lógica própria e costumes que fazem sentido apenas dentro de seu grupo. Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/sociologia/relativismo-cultural>> Acesso em: 11 de junho de 2020.

micro-história com a macro-história, sendo chamada de nova história cultural (BITENCOURT, 2011).

Assim, nas últimas décadas do século XX, emerge a Nova História Cultural relacionando diálogos interdisciplinares mais específicos, envolvendo as relações da História com outros campos de saber, como a Antropologia, a linguística, a psicologia ou a ciência política. A partir desses diálogos interdisciplinares consolidam-se algumas das mais importantes correntes de historiadores culturais. Entre essas, podemos citar a corrente que tem proporcionado a interconexão entre História Cultural e a Micro-história, a mesma que apresenta como um de seus nomes mais importantes o historiador italiano Carlo Ginzburg. (BARROS, 2011).

A contribuição maior da Antropologia para a Nova História Cultural tem sido a de atenção aos detalhes, e o empenho de atingir questões sociais mais amplas, corresponde à redução da escala de observação na corrente da História Cultural que se combina aos procedimentos micro-historiográficos. Por outro lado, também encontraremos, entre as inspirações oriundas do diálogo com a Antropologia, a possibilidade de definir a História Cultural como busca de apreensão da “alteridade”. Outra corrente importante da História Cultural é aquela que tem atentado para os aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural. Michel de Certeau e Pierre Bourdieu são aqui influências importantes; e o mesmo se pode dizer com respeito à contribuição da análise de discurso de Michel Foucault e Roger Chartier. De maneira que para Alberti (2011, p. 60):

A História Cultural, enfim, tem permitido precisamente o estabelecimento de um novo olhar sobre objetos que habitualmente têm sido beneficiados por um tratamento historiográfico, econômico, político ou demográfico. Sua expansão, por conseguinte, vai muito além dos objetos e processos habitualmente tidos por culturais, de modo que é sempre oportuno enfatizar como a História Cultural tem se oferecido cada vez mais como campo historiográfico aberto a novas conexões com outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem proporcionado aos historiadores um rico espaço para a formulação conceitual.

Recolocar a noção de discurso no centro da História Cultural é considerar que a própria linguagem e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social embasam uma noção mais ampla de Cultura. “Comunicar” é produzir Cultura, e, de saída, isto já implica na duplicidade reconhecida entre Cultura Oral e Cultura Escrita – sem falar que o ser humano também se comunica através dos gestos, do corpo, e da sua maneira de estar no mundo social, isto é, do seu “modo de vida”.

Levando em conta que há uma procura por novos caminhos para narrar a história em detrimento de outros, a historiografia contemporânea se depara com um problema essencial: a importância da forma no discurso histórico. Com relação à pesquisa em educação ocorreram inúmeras mudanças significativas, durante o processo de desenvolvimento do movimento historiográfico e educacional do século XX (FONSECA, 2009). Foi possível perceber novas configurações no ensino de história: houve uma ampliação dos objetos de estudo, dos temas, dos problemas e das fontes históricas estudadas. De maneira que, os referenciais teórico-metodológicos, foram se diversificando e essas discussões, que antes eram restritas ao ensino superior, começam a emergir diante do ensino fundamental e médio, mediadas pela ação pedagógica. Assim, para Fonseca (2011, p. 8):

Mais recentemente, as preocupações dos historiadores do ensino têm se voltado para as práticas que o envolvem historicamente, atentando para sua inserção no cotidiano escolar, suas múltiplas formas de apropriação da escola e suas relações com outras instâncias de circulação e difusão de saberes, como os meios de comunicação de massa e as artes, por exemplo. Percebe-se, portanto, um deslocamento do foco de análise em função das aproximações da história do ensino com referenciais utilizados por outros campos da pesquisa histórica, sobretudo pela História Cultural.

Para Bellotti (2004, p.102) uma das características da História Cultural é “problematizar a questão da linguagem, entendendo-a não como um meio neutro, mas como instância geradora de sentidos – polissêmica”. Por sua vez, o termo “representação” é também considerado polissêmico, ou seja, possui vários significados. Para Darnton a noção de representação se constitui como a maneira pela qual as pessoas comuns organizavam a realidade em suas mentes expressando-se em comportamentos e práticas sociais. Na sua grande maioria, refere-se a algo que se insere entre um sujeito e um objeto traduzindo a dualidade básica da existência humana. São imagens, palavras, símbolos, ações e expressões, resultados das interações humanas. Assim, utilizada como expressão vaga por diferentes correntes de pensamento, a representação em seus múltiplos usos torna a coexistência possível, ou não, de acordo com o contexto histórico (CARVALHO; ARRUDA, 2008).

Para Roger Chartier o objeto da História Cultural é o de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). Assim, o historiador deve estudar essas representações passadas, buscando, para isso, captar a diferença e os significados inscritos no que quer que sobreviva da visão de mundo desse passado. Deve-se então, ser capaz de perceber como as culturas formularam maneiras de pensar.

Por fim, o historiador é aquele que procura. No entanto há definições diferentes para cada historiador, isso porque a história se constrói como um conjunto de possibilidades, não de uma verdade absoluta, como se acreditava tempos atrás. De maneira que a história não é fruto da consequência da procura, mas da energia investida nela, da força subjetiva do desejo, bem como de incertezas e utopias. Nesse sentido, é importante frisar que a história não se modificou pela vontade dos historiadores. Elas vêm se transformando e acompanhando as necessidades de mudanças a ela imposta. Assim, considera-se que esta, enquanto ciências da humanidade, apesar de passar constantemente por esses processos de mudanças, não perdeu a sua objetividade em contribuir para ensinar o homem sobre si mesmo e sobre e de transformar o mundo ao seu redor.

### **O Bem Viver na pós- modernidade: abordagens para um novo Ensino de Historia**

*“... são palavras surgidas no tempo dos sonhos,  
e que desejo oferecer aos brancos.”  
(Davi Kopenawa)*

Definitivamente vivemos num ciclo interminável de uma sociedade extremamente capitalista e consumista. O consumismo é a ideologia que permeia a sociedade contemporânea, que visa mais os valores e significados dos produtos que consomem, do que a real satisfação das necessidades (DA SILVA; FLAIN, Valdir, 2018).

A ideologia capitalista está voltada para interesses mercadológicos, com vistas à obtenção do lucro. Enquanto que sociedade de consumo é um termo utilizado para designar o tipo de sociedade que se encontra numa avançada etapa de desenvolvimento industrial capitalista, e que se caracteriza pelo consumo massivo de bens e serviços disponíveis, graças a elevada produção. A relação entre ambas é bastante simples, o Capitalismo gera uma sociedade de consumo, o consumo torna-se alvo maior da sociedade, de forma que quem não pode praticar o consumo, acaba recorrendo a criminalidade (TRINCA, 2008).

Para que esse ciclo se mantenha constante, é necessário que o consumo seja estimulado a todo custo a fim de movimentar o mercado. Assim, somos estimulados, a todo instante a consumir produtos que, muitas vezes, não precisamos. (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009). De maneira que o consumismo se torna uma compulsão que leva o indivíduo a comprar de forma ilimitada e sem necessidade bens, mercadorias e/ou serviços. Ele se deixa

influenciar excessivamente pela mídia, o que é comum em um sistema dominado pelas preocupações de ordem material, na qual os apelos do capitalismo calam fundo na mente humana (SILVA, 2014).

A crítica ética ao capitalismo parte da constatação de que as causas econômicas que provocam a deterioração do meio ambiente são as mesmas que acabam produzindo o empobrecimento da maioria das populações do planeta, fazendo dos pobres as principais vítimas desse modelo perverso de desenvolvimento que, ao sacrificar a natureza em nome do lucro, termina sacrificando seres humanos (ESTENSSORO, 2003). Produtos de consumo de massa são definidos como produtos de alta demanda. Estes são exigidos por todos os estratos da sociedade, o que motiva a competição entre as empresas desse setor, atraindo clientes, tentando se diferenciar oferecendo alternativas, preços ou agregados. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico e social é pautado pelo aumento do consumo, que resulta em lucro ao comércio e às grandes empresas, gerando mais empregos, aumentando a renda, o que acarreta ainda mais consumo (OGIBOSKI, 2015).

Assim, enquanto o consumismo se apresenta como a prática desenfreada de consumir mesmo sem necessidade. Isso causa impactos sobre o ambiente natural e artificial, consumindo os recursos naturais disponíveis, colocando em risco a sustentabilidade das gerações futura (DA COSTA; IGNÁCIO, 2011). O consumismo exagerado, além de trazer grandes consequências para o indivíduo, prejudica o meio ambiente. Esse tipo de consumo traz graves consequências, como o impacto ambiental. O aumento do aquecimento global e outro impacto que comprometem os recursos socioambientais (GONÇALVES; SCHMIDT, 2015).

O consumismo entra em conflito com a sustentabilidade a partir do momento que se produz muito lixo que seria desnecessário, se compra novos aparelhos eletrônicos e descartam-se os antigos e na maior parte das vezes em locais inapropriados causando sérios impactos ambientais. Assim, quando adotamos o consumo consciente, contribuímos para o uso racional dos recursos naturais e minimizamos o desperdício, a poluição e os impactos negativos para o meio ambiente. É fundamental, portanto, que encontremos meios de suprir as nossas necessidades sem afetar negativamente o planeta. Quando o consumo sustentável é praticado, os recursos são usados com sabedoria e os resíduos e a poluição são, conseqüentemente, minimizados. Assim, a prática do consumo sustentável pode garantir que o meio ambiente tenha recursos disponíveis no futuro (TRIGUEIRO, 2005).

O Bem Viver, enquanto alternativa possível e já em construção, ao contrário do capitalismo, guia-se pela co-responsabilidade solidária, tão comum aos povos originários, de quem acolhe as lições recebidas: lições de vida comunitária, de conservação da natureza e de sabedoria humana (SEZYSHTA, 2018). O horizonte, então, estende-se a outro tipo de civilização, acolhedora das multiplicidades, responsável por outras maneiras de fazer política, capaz de comprometer-se com a efetivação da equidade econômica a partir da afirmação da vida da comunidade. O conceito surgiu há menos de uma década (Teijlingen & Hogenboom, 2017) e tem sido referido como: filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011). Para Acosta (2016):

[...] o Bem Viver com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso ao uso, o Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida (p. 33).

Para o Bem Viver, existe uma identidade cultural que emerge de uma relação profunda com o lugar onde se habita, no qual surgem modos de vida, expressões, como arte, dança, música, vestimenta, etc. Nesses termos, identidade sugere historicidade, viver o tempo presente a partir de uma memória, de uma ancestralidade, que projeta uma perspectiva de futuro possível de ser vivido (MAMANI, 2010). Para Acosta (2016):

A visão de mundo dos marginalizados pela história, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem conviver em comunidade e na Natureza (ACOSTA, 2016, p. 24-25).

Trata-se de uma mudança no modo de pensar e de agir, colocando o bem comum acima dos interesses individuais, o que significa a destruição da essência do capital, pois, ao se colocar um limite ao consumo quantitativo, se garante maior equidade, ao se libertar o limite qualitativo humano e a felicidade do gozo comunitário (SEZYSHTA, 2018). Essa experiência, que é, ao mesmo tempo, ancestral e contemporânea, qualifica a construção, não de uma humanidade futura, mas, na relação de forças, de “um mundo onde caibam muitos mundos”, evitando a universalização da cultura do mais forte e uma só forma de efetivação da cidadania. O Bem Viver constitui-se como interlocutor privilegiado do decrescimento, não enquanto crescimento negativo, mas enquanto espaço agregador de alternativas capazes de ensinar ao mundo que a felicidade está na convivência e não no consumo (BORGES; LEANDRO, 2019).

O Bem Viver é usado para conceitualizar a cosmovisão de comunidades tradicionais que se organizavam a partir do coletivo. É um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o modo possível de se organizar (FERREIRA, 2013). A luta indígena pelo Bem Viver faz parte de uma ampla aliança pela preservação da vida no planeta Terra. Para pensar em Bem Viver é necessário beber da fonte ancestral, mas isso não significa fazer uma leitura utópica do passado, e sim pensá-lo como tempo que respalda a contínua produção do presente e do futuro. Para Alberto Acosta em seu livro: *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos* (2016) o Bem Viver consiste em “um primeiro esforço para compilar os principais conceitos, algumas experiências e, sobretudo, determinadas práticas existentes.” (ACOSTA, 2016, p.24).

Para pensar em Bem Viver é necessário beber da fonte ancestral, mas isso não significa fazer uma leitura utópica do passado, e sim pensá-lo como tempo que respalda a contínua produção do presente e do futuro. Viver Bem ou *Buen Vivir* é a vida em plenitude. É saber viver em harmonia e equilíbrio, em harmonia com todos os ciclos da Mãe Terra, do cosmos, da vida e da história, e em equilíbrio com toda forma de existência. Bem Viver significa compreender que a deterioração de uma espécie é a deterioração do conjunto (SCHLEMER ALCÂNTARA; CIOCE SAMPAIO, 2017).

Trata-se de uma filosofia, com reflexos muito concretos, que sustenta e dá sentido às diferentes formas de organização social de centenas de povos e culturas da América Latina. Sob os princípios da reciprocidade entre as pessoas, da amizade fraterna, da convivência com outros seres da natureza e do profundo respeito pela terra, os povos indígenas têm construído experiências realmente sustentáveis que podem orientar nossas escolhas futuras e assegurar a existência humana (SANTOS, 2019). Estes povos têm nos ensinado que para construir o Bem Viver as pessoas devem pensá-lo para todos. Isso significa dizer que é preciso combater as injustiças, os privilégios e todos os mecanismos que geram a desigualdade. Assim, a “causa” indígena se vincula com a “causa” dos pobres e marginalizados e, desse modo, não deve ser pensada como uma questão à parte, desvinculada dos grandes desafios do mundo contemporâneo (ACOSTA; BRAND, 2019).

Um dos grandes ensinamentos que os povos indígenas têm nos transmitido, desde tempos imemoriais, é o de saber conviver com a Mãe Terra, dedicando-lhe respeito, amor e profundo zelo. Na visão desses povos, a terra é mais do que simplesmente o lugar onde se

vive. Ela é sagrada, é capaz de fazer germinar e de acolher plantas, animais e uma infinidade de seres vivos, além dos humanos, compondo assim ambientes onde a vida frutifica em todo o seu esplendor. Assim sendo, a terra está na base do Bem Viver. No entanto, nem todas as comunidades indígenas brasileiras podem usufruir do direito de viver em seus territórios tradicionais, ou seja, estão sem possibilidade de vivenciar a condição primordial do Bem Viver ( GARLET; GUIMARÃES; BELLINI, 2010).

O conceito de Bem Viver está na contramão de um modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza apenas como insumos para a produção de mercadorias de rápido consumo e, mais rápido ainda, descarte. É para sustentar o modelo capitalista que os governos priorizam os mega investimentos, as grandes barragens, a exploração mineral, as monoculturas que degradam o ambiente e envenenam a terra, as águas e todos os seres vivos (JARA, 2001). O modelo capitalista promove a concentração de bens e riquezas nas mãos de poucos privilegiados que priorizam as regras da competitividade, da lucratividade e do ideal individualista de “se dar bem na vida”. A falta de respeito com o diferente e com todos aqueles que possuem maneiras distintas de viver e pensar é característica das elites, das quais a brasileira se destaca por ser acentuadamente conservadora.

E, diante desse sistema que gera tamanhas injustiças e desigualdades, os princípios do Bem Viver nos levam a cultivar relações de reciprocidade, respeito e valorização de todas as formas de vida. Encontrar alternativas nesse sistema opressor e construir relações solidárias são o desafio colocado para todos que acreditam em um mundo diferente. No Brasil temos o privilégio de conviver com uma imensa pluralidade cultural e ela nos possibilita também aprender cotidianamente que a beleza da vida está na diferença, na variedade, na possibilidade do novo e não na adesão, sem crítica, a um padrão monolítico, no qual não há lugar para todos (SILVA, 2019).

Como estamos presenciando na atualidade, o consumismo e a desigualdade são expressões de um desequilíbrio no uso dos recursos naturais, culturais e econômicos. Crescimento, expansão e aceleração se tornaram palavras mágicas, apoiadas por tecnologias cada vez mais sofisticadas, a serviço da substituição de trabalhadores e, claro, da maximização dos lucros. O atual projeto de desenvolvimento, a aceleração da produção e a acumulação do capital se fundamentam em relações sociais mediadas pela exploração e pela alienação, nas quais se estabelece uma lógica utilitarista – tudo é avaliado por seu custo e benefício.

Os avanços da tecnologia têm servido, em grande medida, para garantir e acelerar a produção. Mas algumas consequências desse tipo de exploração desenfreada da natureza podem ser sentidos imediatamente – quanto mais produção, mais lixo se acumula sobre a terra e mais poluição é despejada nas águas e lançada no ar. Quanto mais “aquecida” a economia, mais se consome e mais se descarta. Também cabe ressaltar que o aumento da produção não tem gerado melhora na qualidade de vida e nem maiores oportunidades de trabalho para a população que mais precisa. Assim, o modelo desenvolvimentista apresenta duas grandes falhas: conceber que os recursos da terra são inesgotáveis e permitir que uma pequena porção da humanidade acumule as riquezas produzidas com o trabalho, o sofrimento e a morte de milhões de outros seres humanos.

Para alcançarmos uma vida digna para todos é preciso diminuir o consumo, sobretudo do que é excessivo e supérfluo, e também reduzir as desigualdades sociais. Vale ressaltar que o propósito individualista de “se dar bem na vida” é um dos princípios desse modelo que promove a injustiça, a violência, a insegurança e a morte de seres humanos, condenados a viver em “cinturões de miséria” nas grandes cidades, ou em condições de trabalho desumanas nas áreas rurais. Além disso, o consumo desenfreado promove a devastação de florestas e da biodiversidade e coloca em perigo a vida de todos os seres, não apenas do homem. A seguir, trecho da Declaração de Lima, de 20 de novembro de 2010:

Os povos indígenas e comunidades somos portadores de sabedorias ancestrais que têm conseguido manter o planeta a salvo durante milhares de anos; nossos conhecimentos e práticas ancestrais de reciprocidade e complementaridade com a Mãe Terra constituíram os valores que têm permitido uma vida em harmonia à qual hoje chamamos de Bem Viver... Conclamamos à unidade continental e mundial dos povos indígenas e movimentos sociais a mobilizar-se em defesa da Mãe Terra, pela construção de estados plurinacionais e implementação do Bem Viver em nível global, como alternativa para superar a crise climática, alimentar e econômica. Voltar ao equilíbrio com a Mãe Terra para salvar a vida no planeta é nosso caminho (Apud TREIN,2013, p. 94).

O Bem Viver, experienciado por centenas de comunidades e povos indígenas na América Latina, pode nos inspirar a repensar valores e práticas da cultura contemporânea. O Bem Viver das culturas indígenas pode ser reinterpretado para se tornar um projeto de vida concreto, capaz de revolucionar nossas maneiras de pensar, nossas formas de interagir com a natureza e nossas relações humanas. Aqui podemos colocar o que Leonardo Boff nos fala quando diz que

O Bem Viver não tem nada a ver com o viver melhor ou qualidade de vida. O viver Melhor supõe acumular meios materiais, para consumir mais dentro da dinâmica do progresso ilimitado, cujo motor é a competição e a relação meramente de uso da

natureza, sem respeitar seu valor intrínseco e sem se considerar parte dela. (BOFF, 2011)

Paulo Suess (2010) explica que o paradigma Sumak Kawsay é de origem quéchua e significa Bem Viver. Não é fácil expressar, com palavras, uma noção tão ampla e complexa como o Bem Viver, que abrange muitas dimensões e significados. Pode-se dizer que ele expressa, ao mesmo tempo, memória e horizonte – por um lado, memória pré-colonial e tradicional do mundo andino – e, por outro lado, protesto e luta contra os excessos do capitalismo agroindustrial globalizado. Os povos quéchua compreendem seu passado como um mundo imerso no Bem Viver, que, hoje, seria a convivência harmoniosa entre cosmo, natureza e humanidade. Saídas políticas assumidas no presente sustentam-se, muitas vezes, na memória de um tempo bom, perdido e idealizado, ao mesmo tempo mítico e histórico. Esse tempo passado pode ser e é, muitas vezes, o motor para transformações da realidade presente. Ainda segundo Baniwa (2013) o Bem Viver só acontece quando há condições políticas para tal:

Para garantir o Bem Viver dos povos indígenas são necessárias algumas condições políticas que dependem da sociedade dominante e do Estado estamos cientes, a partir da fala e expressões dos próprios indígenas de que a concretização e a possibilidade da concretização do Bem Viver ancestral dos povos indígenas hoje têm a ver com a possibilidade de retomar a autonomia étnica e com a garantia de direitos. A viabilidade de seus planos de vida depende do reconhecimento de sua autonomia étnica, dos direitos políticos e de direitos de cidadania. Isto inclui o reconhecimento de suas sabedorias, suas ciências, de suas epistemologias e seus modos de conceber a sensibilidade e a visão de mundo. Enquanto isto não acontecer será difícil aceitar contribuição indígena na construção de outra humanidade possível. Por isso continua importante a tarefa de sensibilizar a sociedade sobre as potencialidades indígenas na contribuição de um novo mundo possível. Será difícil uma educação intercultural verdadeira. Será difícil quebrar paradigmas coloniais que impedem de ver outras racionalidades possíveis. (BANIWA, 2013, p. 177).

Tomando, por exemplo, as construções teóricas e políticas em torno do Bem Viver andino podemos ampliar o entendimento sobre essa ampla concepção também no Brasil. No *“Plan Nacional para el Buen Vivir”* (2009-2013), do Equador, encontramos elementos importantes. O plano propõe uma ruptura conceitual com a noção de desenvolvimento baseado em crescimento e em produção cada vez mais rápida e descartável, em função de lucro. Concretamente, o objetivo é construir uma sociedade justa, diversa, plurinacional e intercultural através de uma política social que garanta os direitos fundamentais dos cidadãos. Para isso, propõe-se um redirecionamento dos recursos do Estado para educação, saúde e pesquisa científica. Também se propõe priorizar a democratização do acesso à água e à terra, ao crédito e ao conhecimento.

A importância do paradigma do Bem Viver não está na realização imediata de uma ruptura, mas na retomada de um horizonte – um futuro com justiça e igualdade. A luta indígena pelo Bem Viver faz parte de uma ampla aliança pela preservação da vida no planeta Terra. Para pensar em Bem Viver é necessário beber da fonte ancestral, mas isso não significa fazer uma leitura utópica do passado, e sim pensá-lo como tempo que respalda a contínua produção do presente e do futuro. Portanto, para compreender este princípio, ou pelo menos chegar mais perto do seu significado profundo, é necessário abordar as cosmologias indígenas.

As proposições do Bem Viver apresentam outra forma de contratualidade e socialidade. O fundamento deste modelo são as relações de equilíbrio e reciprocidade entre todas as formas de vida existentes na natureza, concebendo-as todas como sujeitos. Não existe uma separação entre sociedade e natureza. A natureza é parte da sociedade. (DÁVALOS, 2014, p.2)

As próprias culturas indígenas são o melhor exemplo de que “outro mundo é possível” porque conseguem ainda no início deste século XXI, marcado pela desigualdade e uniformização das mercadorias, do consumo e dos desejos, construir sociedades igualitárias, sem marginalização e sem exclusão. Nas palavras de Egon Heck e Guenter Francisco Loebens (2012, p.61): “Os povos indígenas chegam ao início do século XXI não apenas como sobreviventes, mas como povos com ricas culturas e sabedoria milenar. É a partir daí que se constituem em importantes atores sociais, políticos e étnicos, trazendo importantes contribuições na construção de novos projetos de vida nos distintos países”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, o Bem Viver é uma filosofia em construção que é universal e que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Por isso é uma oportunidade para imaginar outros mundos, superando o fatalismo do desenvolvimento para reatar a comunhão entre Humanidade e Natureza. Essa forma de romper com a homogeneização imposta pelo Ocidente. Assim, o conceito de Bem Viver transcende o conceito de padrão ou nível de vida, de satisfação das necessidades humanas do ter para a valorização da existência humana do ser, do saber e do conhecer, possibilitando o diálogo entre saberes científicos e culturais e a inserção da subjetividade, questionando os valores e interesses predominantes nas tomadas de decisão e estratégias de apropriação da natureza.

Concluindo, a concepção do Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza. Reconhece a diversidade de povos e suas estruturas e rompe com os velhos paradigmas dos setores privados-capitalistas como estruturas únicas, abrindo possibilidades para deixar para trás práticas tradicionais e dando abertura aos novos modelos cooperativos e comunitários.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extratativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. Editora Elefante, 2019.

ALBERTI, V. História dentro da História. In: Fontes históricas: Carla Bassanezi Pinsky, (Org.). 3<sup>o</sup>ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ANHEZINI, Karina. Escrituras da história: da história mestra da vida à história moderna em movimento (um guia). Guarapuava/PR: Ed. Unicentro, 2009.

ANKERSMIT, Frank R. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 2, n. 2, p. 113-136, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento**. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/953>> Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

BELLOTTI, Magui. Feminismo y movimiento de mujeres: prácticas y discursos sobre sexualidad y lesbianismo. 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de história**, n. 164, p. 487-516, 2011.

BORGES, Gustavo Silveira; LEANDRO, Rafael. Decrescimento e o bem-viver: ensaios sobre a perspectiva de um horizonte sustentável. **Revista Direitos Culturais**, v. 14, n. 33, p. 69-103, 2019.

BORGES, Vavy P. O que é história. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BURKE, Peter (org.): **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 18, n. 41, p. 445-456, 2008.

CERTEAU, Michel de. Historia y psicoanálisis. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

CHARTIER, Roger et al. A história cultural. **Entre práticas e representações**. Lisboa: **Difel**, v. 1, p. 12, 1990.

DA COSTA, Lucio Augusto Villela; IGNÁCIO, Rozane Pereira. Relações de consumo x meio ambiente: em busca do desenvolvimento sustentável. **Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV**, n. 95, 2011.

DA SILVA, Maria Beatriz Oliveira; FLAIN, Valdirene Silveira. Capitalismo e consumismo: os desafios do consumo sustentável na sociedade contemporânea. **Revista da AJURIS**, v. 44, n. 143, p. 357-378, 2018.

DÁVALOS, Pablo. Crimen Y Castigo: El Código Penal de Alianza País. Informes INREDH. Quito. 2014.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Zahar, 1998.

ESTENSSORO, Luis Enrique Rambalducci. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Luciane Ouriques et al. Entre discursos oficiais e vozes indígenas sobre gestação e parto no alto juruá: A emergência da medicina tradicional indígena no contexto de uma política pública. 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: Experiência, educacionais, pesquisas e ensino**. Natal. EDUFRRN, 2009.

GONÇALVES, Alex Silva; SCHMIDT, João Pedro. Impactos do consumismo: ação estatal e participação comunitária. **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2015.

HARTOG, François (org.). A História de Homero a Santo Agostinho. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, 288p.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. IICA Biblioteca Venezuela, 2001.

MAMANI, Fernando Huanacuni. Buen vivir/vivir bien. **Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), Lima**, 2010.

OGIBOSKI, Vitor. A sociedade do consumo: o jogo que transforma o supérfluo em necessidade. 2015.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri; CORTEZ, Ana Tereza C. Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano. 2009.

SANTOS, Cirlene Batista dos et al. A (re) organização do território e bem viver para os povos indígenas do Alto Rio Negro: da maloca à cidade. 2019.

SCHLEMER ALCÂNTARA, Liliane Cristine; CIOCE SAMPAIO, Carlos Alberto. Bem Viver: uma perspectiva (des) colonial das comunidades indígenas. **Revista Rupturas**, v. 7, n. 2, p. 1-31, 2017.

SEZYSHTA, Arivaldo José. O Bem Viver e outros mundos possíveis. 2018.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes consumistas: do consumismo à compulsão por compras**. Globo Livros, 2014.

SILVA, Lucilaine Ignacio da et al. Trabalho decente e bem viver: enlace necessário para a construção do vínculo comunitário fundamentado no reconhecimento, relacionalidade e reciprocidade. 2019.

SUESS, Paulo. Viver bem: SumakKawsay: Reino de Deus. **São Paulo: RELAMI**, 2010.

TRIGUEIRO, André. **Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. Globo Livros, 2005.

TRINCA, Tatiane Pacanaro. O corpo-imagem na cultura do consumo: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. 2008.